

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Roseany Diniz Barbosa do Nascimento¹

Sandra Elaine Aires de Abreu²

Resumo

A reflexão que se propõe neste artigo de revisão é discutir porque nossa educação ainda apresenta dificuldades para atrair crianças e jovens de modo que entrem e permaneçam dentro do sistema público educacional brasileiro. Para isso, faz-se necessário compreender o conceito que temos sobre educação de qualidade, e qual a perspectiva que podemos ter para se efetivar uma educação de qualidade diante da necessidade de uma qualidade social da educação. Assim, consideramos que, ao promover uma educação de qualidade possamos pensar em obter uma maior equidade social. Para isso: Que caminho percorrer? De qual qualidade estamos falando? Que educação de qualidade desejamos para nossas crianças e jovens?

Palavras-chave: escola; educação; educação de qualidade.

Introdução

O cenário apresentado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostrou que em 2011, o Brasil concentrou 50.972.619 matrículas na Educação Básica. O Centro-Oeste foi responsável por 3.663.805 dessas matrículas e o Estado de Goiás apresentou o maior percentual dessa região, tendo consolidado 1.434.365 matrículas de crianças e jovens na Educação Básica. Já em 2012, o mesmo Instituto ao divulgar sua sinopse estatística, demonstrou que houve uma queda no número das mesmas. Consolidou, nacionalmente, um total de 50.545.050 matrículas, sendo o Centro-Oeste responsável por 3.647.488. E, Goiás apesar de ainda apresentar o maior índice de sua região, também mostrou decréscimo ficando com 1.431.111 matrículas garantidas aos estudantes.

Esses dados chamam a atenção, pois o que se espera é que a cada ano o número de crianças e jovens seja maior dentro do sistema educacional brasileiro. Alguns textos jornalísticos apontam que o Brasil ainda apresenta um quadro preocupante com 3,6 milhões de crianças e adolescentes fora da escola (RODRIGUES, 2013). Diante disso, percebe-se a

¹ Pós-graduanda no Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO. roseany.diniz@hotmail.com

² Professora orientadora no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis-GO. sandraeaa@yahoo.com.br

necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que sejam capazes de garantir o acesso e a permanência dessas crianças e jovens, para que possam concluir a educação básica. No entanto, além de garantir esse acesso e conclusão, há um desejo da sociedade que essa educação pública seja ofertada com um ensino de qualidade.

Afirma Gadotti (2010, p. 15) que “o direito à educação não é o direito de se matricular na escola, mas o direito de aprender na escola”, assim, outra preocupação recorrente tem sido em relação aos resultados apresentados pelas escolas públicas desde que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2005. O Ideb (INEP, 2013) concentra “dois conceitos importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática”, sendo seu cálculo feito a partir dos dados de aprovação escolar. Em 2005, o Brasil apresentou uma média nacional de 3,8 e pretende-se atingir em 2022, um percentual de 6,0. Em 2011, a média nacional nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 4,1 e o Estado de Goiás atingiu 5,3 diante da projeção de meta feita para 4,9. Poderíamos então, concluir que está tudo bem. Não é isso que na prática temos visto, pois apesar da avaliação ser considerada “fundamental para o monitoramento das políticas e para orientar as intervenções no campo educativo” (DOURADO, 2007, p. 10) manter tal discussão acerca da necessidade de uma educação de qualidade é condição fundamental para se construir, verdadeiramente, uma boa escola ou uma escola com resultados eficazes.

Isso tem feito com que cresça uma tendência de “responsabilizar as escolas pelos males da sociedade”, afirma Carnoy; Gove; Marshall (2009, p. 21). Ao ampliar a discussão pela melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, endossar a luta em prol de uma educação de qualidade, nos parece necessário valorizar nossas escolas públicas brasileiras e discutir a premissa em torno de uma educação de qualidade enquanto direito de todos.

O principal objetivo do estudo é compreender o conceito e os indicadores para se oferecer uma educação de qualidade. Assim, no início deste estudo, realizamos uma revisão da produção científica para refletir sobre o conceito, os indicadores de qualidade e de que modo podemos garantir uma educação de qualidade nas escolas públicas brasileira.

1. Compreendendo o conceito e os indicadores de educação de qualidade

Tem crescido nos últimos anos, entre os educadores e vários setores da sociedade, o debate sobre a possibilidade e necessidade do ensino brasileiro alcançar uma educação de qualidade. Para Carnoy; Gove; Marshall (2009, p. 23), o foco na “qualidade educacional e no

desempenho do aluno” tem sido alimentado pelos testes internacionais. A partir das competências e habilidades em matemática, leitura e ciência, estes comparam o desempenho de crianças e jovens de diversos países. Seus resultados determinam o quão bom e satisfatório é o ensino dos países participantes. Ao endossar essa discussão, o que se coloca em pauta aqui é que direção percorrer para se atingir uma educação de qualidade e que qualidade conceber para a educação brasileira? Numa sociedade economicamente determinada pelo mercado, será possível garantir a todas as crianças – independentemente de sua condição socioeconômica – que recebam uma educação de qualidade?

Entre os pesquisadores brasileiros que abordam e defendem o assunto fundamenta-se que tratar tal temática é enveredar num caminho dinâmico, histórico e cheio de complexidade (DEMO, 2012; DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007; MACHADO, 2009; GADOTTI, 2010) e que o conceito, as concepções e representações sobre o que se constitui uma educação de qualidade “alteram-se no tempo e espaço” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 3).

Definir educação de qualidade é um desafio teórico, pois, existe certa dificuldade, em abordar o tema com clareza e objetividade (ABREU; SILVA, 2011), pois:

O conceito de qualidade é historicamente produzido e fixado a partir de um arbitrário sócio cultural e orientado por diferentes expectativas que incorporam demandas diversificadas e mutáveis ao longo do tempo. Por ser um conceito histórico ele se altera no tempo e no espaço. Também reflete um posicionamento político e ideológico tanto na definição de qualidade do ensino quanto no encaminhamento de propostas que se corporificam na explicitação de seus indicadores (FRANCO, 2008 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

A efetivação de uma escola de qualidade no Brasil é um grande desafio, falar de ensino de qualidade nas escolas brasileiras é tema complexo. Acrescenta Machado (2009, p. 9) que “existe um aparente consenso com relação ao fato de que somente uma educação de qualidade forma pessoas competentes” e nos alerta ao dizer que “tal tarefa não é nada fácil”.

Assim, enquanto espaço institucionalizado, a escola assume a função e a responsabilidade pelo desenvolvimento da educação e do conhecimento. Naturalmente, tem recaído sobre ela a cobrança por melhores resultados. Contudo, a escola não é a única culpada pelos baixos resultados que apresenta, mas toda a sociedade. Sendo o Estado seu principal agente promotor e, ao se comprometer com a garantia de acesso e permanência das crianças e jovens em idade escolar, deve desenvolver políticas para que as escolas ofereçam a desejada educação de qualidade.

Demo (2012, p. 16) considera que educação e conhecimento assumem conceitos de qualidade distintos e “formam a matriz primordial” para que ocorra o desenvolvimento humano. Aponta que a educação está diretamente ligada à perspectiva de qualidade política (por ser responsável pelo humanismo, pela formação da cidadania e pelo desenvolvimento da cultura comum), enquanto que conhecimento está ligado a real necessidade de qualidade formal, para que se possa melhor realizar os fins desejados, isto é, “inovar a serviço da humanidade”. Afirma o autor que “não se pode segregar um em detrimento do outro”, deste modo, compreende que:

Qualidade formal significa a habilidade de manejar meios, instrumentos, formas, técnicas, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento. Entre eles, ressaltam manejo e produção de conhecimento. São o expediente primordial de inovação.

Qualidade política quer dizer a competência do sujeito em termos de se fazer e de fazer história, diante dos fins históricos da sociedade humana. É condição básica da participação. Dirige-se a fins, valores e conteúdos. É naturalmente ideológica, porque definição política é sua marca, perdendo qualidade, se ideologia se reduzir a justificações desumanas e a partidarismos obtusos. Inclui ética na política. (DEMO, 2012, p. 14)

Assim, tanto qualidade política quanto qualidade formal são essenciais e imprescindíveis dentro do contexto escolar, deste modo, a questão que ainda persiste é: Nossa escola pública tem garantido à maioria dos alunos um ensino de qualidade, oportunizando a aprendizagem de modo proficiente e consolidando sua matriz primordial, isto é, educação e conhecimento?

Mesmo diante de toda complexidade e amplitude que envolve tal questão, Gadotti (2010, p. 6-8) aponta que o tema educação de qualidade continua tão atual quanto suas discussões no século XIX³, pois “na era da informação, ter ou não ter acesso à educação faz enorme diferença”, sobretudo, porque é preciso encontrar um novo paradigma para a vida, uma vida que seja sustentável. Por isso, o teórico concebe a educação o papel de contribuir para a formação de um indivíduo que possa transformar sua própria condição social e que este

³ O autor afirma em sua introdução que o tema apesar de recorrente é atual no cenário da educação brasileira, no entanto é preciso considerar que o cenário que temos hoje, é muito diferente daquele apontado com críticas no relatório produzido por Rui Barbosa sobre a educação em 1882, no qual já afirmava que “com essa celeridade de milésimos por ano, em menos de 799 anos não teríamos chegado à situação de alguns países de hoje, onde toda a população de idade escolar recebe a instrução primária” (BARBOSA, 1947, p. 16-17 apud GADOTTI, 2010, p. 5) o distanciamento que temos em relação há alguns países desenvolvidos ou mesmo da própria América Latina, é perceptível. Mesmo sendo o Brasil considerado o maior país desse continente e com economia mais importante que Cuba e Chile, uma pesquisa realizada por Martin Carnoy, identificou a seguinte desvantagem acadêmica: apenas 10% dos nossos alunos conseguem resolver problemas complexos de matemática enquanto que 15% dos alunos chilenos conseguem resolver os mesmos problemas e 50% dos alunos cubanos se saem melhor neste quesito afirma Becskéházy da Fundação Lemann (apud CARNOY; GOVE; MARSHALL, 2009, p. 15).

participe ativamente da vida em sociedade e, “só aprende quem participa ativamente no que está aprendendo”.

Considera que a educação precisa ser capaz de construir um indivíduo para a autonomia e liberdade. E, que este possa também contribuir para a construção de uma sociedade com menos diferenças sociais. Corroborando ainda, com a ideia de que é preciso pensar em uma sociedade, mais coletiva e voltada para o bem comum. Reforçando a necessidade de construção de uma sociedade que respeite as relações existentes entre seus cidadãos e os recursos naturais de seu território por meio de uma relação para a sustentabilidade e para a diversidade na qual se privilegia a excelência e consciência coletiva, de modo que essa ideia seja propagada para as próximas gerações e que seja rejeitada qualquer forma de opressão e dominação (GADOTTI, 2010, p. 11-13).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, compreende que Educação de qualidade:

[...] se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo (UNESCO, 2001, p. 1 *apud* GADOTTI, 2010, p. 7).

Portanto, não há como desenvolver uma educação de qualidade sem a participação de vários agentes da sociedade e da própria escola. Há que ser uma preocupação coletiva. Demo (2012, p. 19) diz que qualidade é uma questão de competência humana. Por isso, o desafio de se privilegiar uma educação de qualidade passa pelo conhecimento e pela qualidade da competência humana que está dentro da escola. Afirma o pesquisador que o desafio de fazer uma educação de qualidade está imbuído de vários fatores, como: oportunidades, constituição da cidadania, formas construtiva e participativa de atuar na sociedade e, de transformação da produtividade. Diante disso, nos alerta para os fatores que podem corroborar para que uma educação de qualidade se faça presente: a consciência crítica, a capacidade de ação e do desejo de saber e mudar. Anima-nos afirmando que falar de qualidade não é uma utopia, mas precisamos considerar os desafios que cercam a educação, dentre eles os mais importantes são:

[...] o construtivo e o participativo. O desafio construtivo aponta para a capacidade de iniciativa, autogestão, [...]. Realça a condição de sujeito histórico capaz, que não

se deixa levar, mas busca comandar, com autonomia e criatividade o processo de desenvolvimento. Para tanto, persegue dotar-se das instrumentações mais decisivas, nomeadamente conhecimento, que é a maneira mais eficiente de fazer e inovar a história.

O desafio participativo aponta para a capacidade de inovar para o bem comum, tendo como objetivo uma sociedade marcada por paz, democracia, equidade e riqueza. A melhor expressão da qualidade é a participação, pois participação é intrinsecamente obra humana comum. Participação é processo exclusivo humano, que potencia a convivência social da forma mais digna conhecida, fazendo da história experiência orientada pelo bem comum (DEMO, 2012, p. 19-20).

Sendo a escola representante estratégico e crucial para a formação humana da sociedade (DEMO, 2012, p. 20), é nesse espaço, que a disseminação da educação e do conhecimento precisa ocorrer. É possível atingirmos uma educação básica de qualidade diante da tomada de consciência de pais, professores e gestores, pois diante da indignação com os baixos resultados, o comprometimento deve ser de todos para o enfrentamento do desafio que envolve o desejo de querer que uma educação de qualidade seja garantida como direito a todas as crianças e jovens e, que esta, não seja apenas privilégio de alguns nesse país.

Para Dourado (2007) uma concepção de educação ou escola de qualidade precisa tomar a perspectiva inclusiva de sociedade. O autor se apoia na visão que “as pessoas e os grupos sociais tem o direito de ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997, p. 122 *apud* DOURADO, 2007, p. 7). Assim, a educação é entendida como um elemento constitutivo e constituinte da sociedade, diante das relações que estabelece. Por isso, tanto contribui para a transformação quanto para a manutenção dessas relações. Acredita que a escola precisa ser dotada de suporte tecnológico de modo que se possa “transmitir aos educandos novas habilidades na aquisição de informações e conhecimento”, considera que é necessário imprimir maior força e dinamismo aos programas curriculares, assim também como é indispensável a capacitação docente, aumentar a jornada escolar e dotar as escolas de maior infra-estrutura (DOURADO, 2007, p. 10).

Dourado e Oliveira (2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011) em seus estudos classificaram os indicadores de qualidade de ensino no Brasil em duas dimensões, intra e extraescolares. Para os autores as duas dimensões devem ser consideradas de maneira articulada, na efetivação de uma política educacional que direcione a garantia de uma escola de qualidade para todos, em todos os níveis e modalidades.

As dimensões extraescolares envolvem dois níveis: o espaço social refere-se à dimensão socioeconômica e cultural, dos entes envolvidos, e à necessidade de políticas públicas e projetos escolares para enfrentar a fome, a violência, a família, saúde, etc., e as

obrigações do Estado, no sentido de garantir os direitos dos cidadãos (DOURADO; OLIVEIRA, 2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

Nas dimensões intraescolares Dourado e Oliveira (2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011) destacam quatro planos: o do sistema; o da escola; o do professor; e o do aluno.

O plano do sistema diz respeito às condições de oferta do ensino, refere-se à garantia de instalações adequadas aos padrões de qualidade definidos pelo sistema nacional de educação, ou seja, um ambiente escolar adequado à realização das atividades de ensino, lazer, recreação, práticas desportivas e culturais, reuniões com a comunidade e outros; equipamentos em quantidade, qualidade e condições de uso para as atividades escolares; biblioteca com espaço físico apropriado para leitura e consulta ao acervo. Acervo em quantidade e qualidade para atender ao trabalho pedagógico e ao número de alunos existentes na escola, laboratórios de ensino, informática e brinquedoteca, acessibilidade e atendimentos aos portadores de necessidades especiais (DOURADO; OLIVEIRA, 2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

O plano da escola refere-se à gestão e à organização escolar, ou seja, trata da estrutura organizacional compatível com a finalidade do trabalho pedagógico; gestão democrática e participativa; elaboração do projeto pedagógico de forma coletiva e uso de tecnologias educacionais e recursos pedagógicos apropriados ao processo de aprendizagem, etc. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

O plano do professor diz respeito ao perfil docente, ou seja, sua titulação/qualificação de acordo com o exercício profissional; dedicação a uma única escola, ter vínculo efetivo de trabalho, ter um plano de carreira; políticas de valorização e qualificação permanente; carga horária para planejamento, estudo e reuniões pedagógicas. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

O plano do aluno refere-se ao acesso, permanência e desempenho escolar considerando a diversidade socioeconômica e cultural dos alunos, uma vez que a educação ocorre em um espaço social heterogêneo e plural (DOURADO; OLIVEIRA, 2009 *apud* ABREU; SILVA, 2011).

O conceito a ser construído e alimentado sobre educação de qualidade precisa considerar a amplitude, a complexidade e as especificidades que cercam essa temática. Para Gadotti (2010, p. 9) quando a escola pública era para poucos, era considerada boa para esses poucos. Contudo, agora que é para todos, também precisa se apropriar de um novo conceito.

Precisa ser compreendida enquanto qualidade sociocultural, diante de uma perspectiva ética e científica. No entanto, diante da constatação já peculiar no meio educacional de que “educação é um processo de longo prazo” (GADOTTI, 2010, p. 12) não há como se atingir uma educação de qualidade sem considerarmos tanto os indivíduos que fazem educação quanto aqueles que participam dela. A concepção que se defende, neste trabalho, é “uma educação que seja emancipadora enquanto direito humano” como já afirmava Paulo Freire (*apud* GADOTTI, 2010, p. 12), para todos aqueles que estão inseridos na educação deste país.

2. Fazendo uma educação de qualidade

Para Machado (2009, p. 95-102) a perspectiva de que todas as escolas possam ter os mesmos desempenhos ou os mesmos resultados, é utópico. Para o pesquisador, as escolas sempre serão diferentes, como as pessoas são diferentes e, sobretudo, diante das realidades diversificadas dos municípios e diferenças em seus projetos educacionais. Acentua este que, também dizer que há uma má qualidade no ensino público, é uma generalização indevida. Tal caracterização desconsidera um determinado número de escolas públicas e de alunos que apresentam bons desempenhos. A defesa deste autor, é que uma educação de qualidade precisa considerar como ideal que todas as escolas possam ter as condições necessárias para um funcionamento satisfatório, “do ponto de vista de sua atividade-fim, que é a formação pessoal de seus alunos” (MACHADO, 2009, p. 102). No entanto, apesar de se concordar em parte com esta proposição, considera-se importante que além das escolas terem melhores condições necessárias para que seu funcionamento seja satisfatório, é necessário que a escola seja um permanente espaço de formação para todos (pais, alunos e educadores). Há atualmente, uma necessidade de se consolidar dentro do ambiente escolar a atuação com equipes diversificadas e profissionais de várias áreas. Só assim, é possível sair do plano do discurso para que se possa garantir efetivamente uma educação de qualidade para as camadas populares.

Para Machado (2009, p. 112), qualquer tentativa de capacitação que “ignore as potencialidades da própria equipe escolar é desmobilizadora” e, nos faz cinco lembretes:

- ainda que os resultados gerais da educação básica sejam sofríveis, existe, no Brasil, educação de qualidade, não sendo aceitável a pressuposição subjacente às políticas públicas de que as ações educacionais realizam-se sobre uma “terra arrasada”;
- os instrumentos de avaliação são necessários, mas eles devem ser meios para instrumentar a ação e não apenas motes para a produção de manchetes espetaculares;

- nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a Educação Básica e o Ensino Superior;
- a escola, e não os professores ou os alunos devem constituir a unidade fundamental na relação entre as diversas instâncias do poder público e a rede de ensino;
- é imprescindível que as condições de trabalho dos professores da educação básica melhorem substancialmente, uma vez que eles são os elementos decisivos para a fecundação de qualquer política educacional (Idem, p. 98-99).

Portanto, considera o autor, que nenhuma iniciativa transformadora pode partir do princípio que devemos começar do zero. Uma escola de qualidade deve consolidar um projeto institucional e as boas escolas da rede precisam ter voz para que as escolas com pouco desempenho possam aprender com a experiência dessas. Reforça que a qualidade das escolas públicas passa pela necessidade de modelos alternativos de gestão. E, destaca que o papel do gestor escolar é “frequentemente subestimado”, muitas vezes, não há condições ao “exercício de sua legítima autoridade, de sua necessária liderança”. Assim, a liderança precisa prescindir a “participação efetiva dos professores, dos pais, de entidades representativas da comunidade”, na qual esta escola está inserida. Só assim, é possível transformar as potencialidades dessa equipe em ações concretas que sejam capazes de mudar a realidade e os resultados da escola.

Dourado; Oliveira; Santos (2007, p. 16-21) enfatizam que uma “educação de qualidade tem se tornado uma exigência da sociedade atual” e que a partir do panorama internacional de acordos, planos e metas comuns estamos envolvidos na garantia de acesso e permanência com a qualidade social. É claro que uma educação de qualidade precisa ter alguns padrões ou indicadores de qualidade estabelecidos para que se saiba o que se pretende atingir. Para este pesquisador, estudos evidenciam que uma boa educação está associada às maiores possibilidades de continuidade dos estudos, ampliação das possibilidades de inserção no mercado de trabalho, de melhoria das condições de vida e, conseqüentemente, da mobilidade social. Diante disso, uma educação voltada para a qualidade social é “capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social”.

Considerações circunstanciais

“Embora a escola não crie a desigualdade (ela começa muito antes da escola), é a educação quem decide quem vai e quem não vai ser incluído na sociedade”. (GADOTTI, 2010, p. 11)

Diante das circunstâncias iniciais dos estudos sobre educação de qualidade faz-se necessário tecer apenas algumas considerações a partir das seguintes premissas: a) uma educação de qualidade precisa estar alimentada pela esperança que os profissionais possuem ao se comprometerem com a educação das classes populares; b) uma educação de qualidade precisa estar alimentada pela solidez de concepções mais humanistas de educação, considerando que se pretende fazer uma educação para todos; c) uma educação de qualidade precisa ser fomentada pelo Estado por meio de políticas públicas que não desconsidere o que a própria escola já faz e que valorize os profissionais da educação no país; d) uma educação de qualidade precisa considerar a possibilidade de formação específica para os gestores, para que enquanto lideranças possam assumir as responsabilidades ao exercício de sua autoridade na escola; e) uma educação de qualidade precisa ampliar e instrumentalizar a própria comunidade escolar para uma participação mais colaborativa.

É preciso considerar como premissa fundamental que é possível se fazer uma educação de qualidade. Porém, tudo o que a escola não pode fazer é excluir aqueles que conseguiram ingressar no sistema educacional. Diante de toda a complexidade que envolve a realização de uma educação de qualidade; os educadores, e, sobretudo, os gestores precisam continuar desejando essa educação de qualidade, sem serem consumidos pelas adversidades do cotidiano. É preciso garantir que as crianças e jovens tenham o direito de aprender dentro da escola e vejam em seus educadores aqueles com quem podem aprender, pois para milhares de crianças do nosso país, a educação e o conhecimento será o único acesso que possuem para que possam transformar sua condição humana e social e, conseqüentemente, para que possam almejar e alcançar uma mobilidade social, fazendo com que a inclusão seja de uma maioria.

Referências

ABREU, Sandra Elaine Aires de; SILVA, Maria Evangelina Pacheco. **A qualidade do ensino nas escolas públicas municipais de Anápolis**. [Relatório de Pesquisa]. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopses Estatísticas da Educação Básica 2011-2012 e Resultados e Metas, INEP**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 de mai. 2013.

CARNOY, Martin; GOVE, Amber K.; MARSHALL, Jeffery H. **A vantagem acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Ediuoro, 2009.

DEMO, Pedro. **Educação e qualidade**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, DF: INEP, 2007. Disponível em:
<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf>.
Acesso em: 21 de fev. 2012.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

MACHADO, Nílson José. **Educação: competência e qualidade**. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.

RODRIGUES, Cinthia. **Brasil tem 3,6 milhões de crianças e adolescentes fora da escola em 2011**. São Paulo, publicado em 06 de março de 2013. Disponível em:
<<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-03-06/brasil-tem-36-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-fora-da-ecola-em-2011.html>>. Acesso em: 15 de mai. 2013.